

## ATA DA 103ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Aos dezoito de novembro de dois mil e vinte, às 14hs38min, reuniu-se o Conselho de Administração do Regime Próprio da Previdência Social, RPPS, do Município de Belo Horizonte, de forma remota, em função das limitações impostas pela epidemia Coronavírus – COVID19, conforme convocação feita pelo Presidente, com a participação dos seguintes conselheiros: André Abreu Reis, Maria Fernandes Caldas, Jomara Alves da Silva, Maíra da Cunha Pinto Colares, Andréa Hermógenes Martins, Paulo Pereira Machado, Paulo Henrique Santos Fonseca, Neide da Silva Resende, Eugênio Tadeu Possa e André Christiano dos Santos, Alberto Lage Paula Carvalho Rezende e Adriana Branco Cerqueira. Também participaram o subsecretário de Gestão Previdenciária, Gleison Pereira de Souza, os servidores Fabrícia Aurélio Castro Costa, Maura Lelis Mariz e Rodrigo André de Almeida. O presidente André cumprimentou a todos e verificou junto aos conselheiros se havia alguma alteração a ser feita na ata da reunião anterior. Diante da negativa, a ata foi aprovada e será conduzida para assinatura quando houver reunião presencial. Em seguida, o presidente passou a palavra para o servidor Rodrigo Almeida, para tratar do segundo item da pauta: “Aprovação da Política de Investimentos 2021”. Rodrigo, inicialmente, ressaltou que no dia 11 de novembro foi feita uma reunião prévia sobre a Política de Investimentos 2021 e que naquela reunião foram tratados os principais pontos e esclarecidas todas as dúvidas em relação ao tema. Dito isso, Rodrigo expôs as projeções dos cenários interno e externo e sobre a meta de rentabilidade, informando que para definição da meta de rentabilidade foi utilizado como referência a taxa parâmetro prevista na Portaria ME nº 12.233/2020 de 5,45% de rentabilidade real anual, aderente a realidade do plano BHPrev e estudo de adequação e convergência da rentabilidade futura esperada pelo RPPS-BH, com resultado de 5,51% de rentabilidade real anual. Ademais, informou que o Coinv e a Unidade Gestora (Suprev), considerando o conservadorismo na gestão dos recursos do RPPS-BH e alinhamento com a taxa de juros a ser utilizada na avaliação atuarial, propuseram a meta de rentabilidade para 2021 de 5,45% de rentabilidade real anual mais a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período. Rodrigo Almeida apresentou como proposta que as próximas aquisições de Títulos Públicos Federais devem possuir taxas que ao se juntar com a rentabilidade da carteira, possam garantir rentabilidade média ponderada da carteira total (somatório das carteiras imunizada e tática) igual ou superior à meta de rentabilidade para 2021. Além disso, para atender recomendação do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE-MG), foi proposta a inclusão do limite de 50% do patrimônio do BHPrev como o máximo a ser aplicado em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, desconsiderando deste limite os títulos públicos custodiados previstos na Resolução CMN 3.922/2010, art. 7º, inciso “I”, alínea “a”. Além do mais, foi proposta a inclusão de plano de contingência com 5 passos a serem adotados para adequação dos limites definidos na Resolução CMN 3.922/2010, potencial perda de recursos e excessiva exposição a riscos da carteira de investimentos. Também foram apresentados os limites de alocação para os seguimentos de aplicação previstos na Resolução CMN 3.922/2010, Rodrigo Almeida informou que não houve alteração nos limites de alocação que se encontram estabelecidos na Política de Investimentos de 2020. Ao final da apresentação, o Subsecretário Gleison colocou a proposta da Política de Investimentos 2021 em votação, sendo aprovada em unanimidade pelos conselheiros. Após, Rodrigo abordou o terceiro item da pauta: “Relatório Mensal de Investimentos”, apresentando os seguintes tópicos: receitas de contribuição e financeira; saldos; alocações; desempenho dos investimentos; indicadores de mercado, comitê de investimentos e evolução do patrimônio do RPPS. Destacam-se: receitas/despesas referentes ao mês de out/20 (contribuição: R\$ 16,29 milhões; benefícios pagos: R\$ 187.254,62; receita financeira: R\$ 3,02 milhões) e patrimônio acumulado até outubro de 2020 de R\$ 1.179,71 milhões. As alocações tática (45,5 %) e estratégica (54,5 %) renderam, no acumulado de 2020, respectivamente, 0,54% e 6,84%. O consolidado do BHPrev (alocações tática e estratégica) rendeu, no acumulado de 2020, 4,49%, representando 64,86% da meta atuarial do ano de 2020, considerando a rentabilidade da alocação estratégica a vencimento. Dando continuidade à pauta da reunião, o Subsecretário Gleison

passou para o último item: “Informes Gerais”, informando o cancelamento da reunião extraordinária, prevista para o dia 25/11/20, considerando que a pauta a ser tratada foi encerrada com a aprovação da proposta da Política de Investimentos 2021. Comunicou, ainda, a data da próxima reunião do Conselho de Administração, que ocorrerá em 16/12/2020. O conselheiro Eugênio Possa informou que Mauro Lúcio Júnior, agente fazendário, será indicado para representar os membros não-governamentais do Comitê de Investimentos (Coinv). Nada mais a ser tratado, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e, às 15h40min eu, \_\_\_\_\_ (Maura Lelis Mariz), lavrei a presente ata que deverá ser assinada pelos presentes.

André Abreu Reis

Andréa Hermógenes Martins

Adriana Branco Cerqueira

André Christiano dos Santos

Alberto Lage Paula Carvalho Rezende

Eugênio Tadeu Possa

Jomara Alves da Silva

Neide da Silva Resende

Maíra da Cunha Pinto Colares

Paulo Henrique Santos Fonseca

Maria Fernandes Caldas

Paulo Pereira Machado